APRESENTAÇÃO

É com satisfação apresentamos mais uma edição da Revista Jurídica Unigran. Em conformidade com o escopo e finalidade da revista, procuramos consolidar neste número artigos que discutem questões atuais do direito, bem como sinalizam por avanços na construção de uma sociedade mais justa, especialmente em tempos de pandemia. Sem dúvidas, todos tivemos que nos reiventar para dar continuidade às atividades acadêmicas. Foram momentos de aprendizagem, de motivação e de novas propostas.

Dentre os vários artigos submetidos à avaliação, foram selecionados para publicação onze artigos e uma análise de jurisprudência. Aqui apresentamos o nosso agradecimento aos avaliadores *ad hoc* que prontamente deram suas avaliações, permitindo uma revisão por pares, bem como o aperfeiçoamento de muitos trabalhos, devidamente revisados.

Neste número, são abordados temas vinculados à ciência política, ao direito constitucional, ao direito contratual, ao direito de família, ao direito penal e segurança pública, e ao direito administrativo e previdenciário.

Cecilio Argolo Júnior nos brinda com o editorial " Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma, a vida não para". A partir da composição "Paciência" do cantor Lenine e de Dudu Falcão, Argolo Junior traz um ensaio sobre o equilíbrio e a homeostasia das emoções, lembrando que desacelerar para pensar com acuidade é condição sutil e assertiva para mantermos abertos o canal de possibilidade e ações a serem escolhidas nas tomadas de decisão em tempos difíceis, em tempos de pandemia da Covid-19.

Maísa de Oliveira e Pedro Pulzatto Peruzzo analisam, no artigo "O princípio da laicidade estatal e os limites constitucionais de interferência do poder religioso nas decisões legislativas da câmara dos deputados voltadas à proteção da mulher", à luz do princípio da laicidade estatal e no contexto do Estado Democrático de Direito, os limites de interferência do poder religioso nas decisões legislativas da Câmara dos Deputados relativas à proteção e à efetivação dos direitos e garantias constitucionais das mulheres, através da análise de proposições legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados cuja abordagem central estivesse relacionada aos direitos das mulheres.

"A desigualdade e a retração ética como fatores de intensificação da atividade regulatória" é a contribuição de Marcelo Garcia da Cunha. No texto, o autor reflete sobre a atividade regulatória, e nos fatores que concorrem para a concretização desse fenômeno, com especial atenção a aqueles decorrentes da desigualdade e da carência ética, destacando que um contexto social isonômico e eticamente equilibrado implica menor necessidade da função normatizante por parte do Estado, ao passo que uma situação inversa, per-

meada de desigualdades e de rupturas éticas, demanda uma intensificação dessa atividade.

Edson da Graça Francisco Macuácua, no artigo "Especificidades do Modelo de Descentralização Moçambicano: génese, evolução e desafios" aborda as especificidades do modelo de descentralização naquele país, apresentando a gênese histórica do processo da descentralização, a sua evolução, as entidades descentralizadas criadas e os desafios emergentes.

"Política fiscal e extrafiscal como forma de promoção da justiça social" é o tema central do artigo de Maria de Fátima Ribeiro e Allan Thiago Barbosa Arakaki, no qual traçam reflexões importantes sobre o papel das políticas fiscal e extrafiscal como forma da promoção da justiça social e dos direitos fundamentais.

O sistema jurídico brasileiro, notadamente de base romano-germânica, tem expressado, em diferentes documentos, um certo interesse pelos precedentes, instituto próprio do direito americano. É exatamente sobre esse tema que Maria Aparecida do Nascimento Pereira e Gassen Zaki Gebara voltam o olhar. No artigo "A vinculatividade das decisões proferidas pelo supremo tribunal federal: análise evolutiva considerando o controle difuso e o novo CPC e o controle abstrato de normas" analisam a vinculatividade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, sua evolução e extensividade, com ponderações sobre o "sistema de precedentes" e a abstrativização do controle difuso.

Como um direito fundamental, a educação inclusiva é o tema de Andréa Brito de Souza e Adilson Souza Santos. No artigo "Concepções da educação inclusiva e a perspectiva constitucional: um estudo legislativo no município de Cidade Ocidental (GO)" destacam a importância da educação como instrumento de valorização das pessoas como cidadãos, com respeito às suas características e necessidades individuais e de aprendizagem e o seu desenvolvimento interpessoal.

O crime cibernético é o tema de Eduarda Quinteiro Ramos Portela, Lillian Sampaio Ramos, Maria Clara Viana Rosiak e Mayke Stofel Sampaio. No artigo "Reflexões contextuais sobre o crime cibernético: das mudanças operadas aos desafios impostos" analisam, à luz da doutrina e da jurisprudência, a tipificação dos crimes praticados em ambiente virtual e a necessidade de uma tipificação penal própria. Destacam que as medidas tomadas pelo Estado brasileiro no combate aos crimes virtuais, tanto no que permeia a eficácia quanto a densidade, promove uma incômoda situação de deficiência legal para punição exemplar daqueles que se utilizam do meio informático para efetuar atividades nocivas ao conjunto da sociedade.

Fabiane Feltrin dos Anjos e Ademos Alves da Silva Junior, no artigo "A importância do processo judicial para a efetivação das relações contratuais dos consumidores autistas", abordam duas questões centrais – as relações contratuais e a necessidade de efetividade das normas e reconhecimento de direitos arduamente conquistados. De modo

específico, analisam a efetividade das políticas públicas existentes no Brasil voltadas às pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista, e estabelecem a importância da tutela judicial para a solução de conflitos existentes. Assinalam que o autista que depende da rede pública de saúde sofre com a precariedade do sistema fornecido, e, por outro lado, aqueles que possuem condições de custear um plano privado de saúde, não muito obstante, têm que recorrer à justiça para de fato terem acesso ao que foi acordado no contrato.

A segurança pública é uma das grandes questões do Estado brasileiro. As dificuldades no enfrentamento do crime são muitas. A precariedade de recursos afetam diretamente a estruturação da polícia civil, colocando em risco a própria persecução penal. Essa análise é apresentada por Felipe Denadai Duarte de Souza e Gilberto Ferreira Marchetti Filho no artigo "Polícia civil/MS: o direito fundamental à segurança pública e a influência da precariedade de recursos no exercício da atividade policial judiciária"

Viviane Galvão Hernandes e Valeska Vendramin Guimarães, no artigo "A guarda compartilhada de animais de estimação em casos de dissolução matrimonial litigiosa", analisam a evolução do tratamento jurídico dado aos animais de estimação e a atuação do Estado quando é chamado a interferir, ressaltando as possíveis medidas a serem adotadas no curso de um processo de dissolução da conjugalidade a fim de atender ao melhor interesse dos animais de estimação.

O direito administrivo é o campo de investigação de João Guilherme Alves Pereira e Vinicius de Almeida Gonçalves. No artigo "Acumulação de cargos, empregos e funções públicos e a compatibilidade de horários à luz da constituição federal e jurisprudência pátria", os autores, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência, analisam o instituto da acumulação de cargos, empregos e funções tanto da Administração Pública direta, como indireta, apresentando a mudança de posição da AGU sobre o tema, em sintonia com a jurisprudência consolidada do STF, e a necessária regulação em respeito ao disposto na CF e aos princípios básicos da Administração pública, notadamente o princípio da eficiência.

No artigo "A adoção internacional no ECA e na Convenção de Haia: algumas notas", Marielle Beatriz Cominetti e Robson Moraes dos Santos analisam a adoção internacional destacando os principais aspectos que norteiam a adoção internacional, sua excepcionalidade e importância da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de adoção internacional ocorrida em Haia no ano de 1993, da qual o Brasil é signatário (Decreto n.° 3.087/99).

Na seção Análise de Jurisprudência, Ana Cristina Baruffi analisa o voto do Ministro Relator Roberto Barroso no Recurso Extraordinário 567.967 que decide pela inconstitucionalidade de descontos previdenciários do empregador e segurada sob o

salário maternidade. Além de firmar o tema 72 de repercussão geral, a decisão declarou a inconstitucionalidade de duas normas da Lei 8.212/91 presentes no artigo 28: o parágrafo segundo e da parte final da alínea "a" do parágrafo nono. A autora analisa os efeitos práticos do julgado, inclusive em um comparativo com o parecer 183611/2020 exarado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que fundamenta a permanência da incidência da contribuição previdenciária sob o benefício com base no artigo 195, II da CF por parte da segurada.

Com suporte na contribuição de Argolo Junior, no editorial, merecedor de leitura atenta e reflexiva, concluo que "Até quando o corpo pede um pouco mais de alma, a vida não para" (LENINE; DUDU FALCÃO, 1999, p. 1). Se pararmos para pensar no tempo que gastamos para acelerar os eventos de nossas vidas, veremos que de nada adiantou essa pressa, pois "a vida é rara" (LENINE; DUDU FALCÃO, 1999, p. 1).

Uma boa leitura.

Helder Baruffi - editor